



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Fernando Martins

226  
JP

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO  
CÍVEL Nº 0319881-0**

**EMBARGANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**

**EMBARGADO: ESDRAS QUEIROZ DE SOUTO JUNIOR**

**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**

**Sexta Câmara Cível**

**EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE  
AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO ACERCA DA  
ALEGAÇÃO DE EXCESSO NO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO.  
INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO  
IMPROVIDO.**

1. Não houve omissão acerca da análise da alegação de excesso no *quantum* indenizatório, desejando a embargante apenas a rediscussão da matéria, o que é incabível em sede dos aclaratórios.
2. Recurso improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são parte os acima indicados, acordaram os desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade dos votos, **negar provimento** ao recurso.

Recife, 27 de 05 de 2014.

  
**DES. FERNANDO MARTINS  
RELATOR**

M.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Fernando Martins

227  
AP

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO  
CÍVEL Nº 0319881-0**

**EMBARGANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**

**EMBARGADO: ESDRAS QUEIROZ DE SOUTO JUNIOR**

**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**

**Sexta Câmara Cível**

**RELATÓRIO**

Trata-se de embargos de declaração opostos pela CELPE frente ao acórdão que negou provimento ao recurso de agravo. Aduz ter havido omissão quanto ao excesso no *quantum* indenizatório, constituindo violação aos arts. 944 e 884 do Código Civil.

Pugna também pelo prequestionamento referente à matéria.

É o relatório.

**VOTO**

No tocante aos artigos elencados, percebo não ter ocorrido violação, por parte do acórdão embargado, não tendo sido violados os arts. 884 e 944 do CC/02.

Em relação às afirmações materiais, estas buscam o reexame da matéria, o que não é admissível nesta via recursal, que deve buscar apenas o suprimento de omissão, contradição ou obscuridade.

Deste modo, **nego provimento** ao recurso.

É como voto.

Recife, 27 de 05 de 2014.

**DES. FERNANDO MARTINS**  
**RELATOR**